

Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016

Estudos da Central de Balanços
Abril | 2018



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

31

31

Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016

Estudos da Central de Balanços
Abril | 2018



Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem as obrigações de declaração das contas anuais perante os Ministérios das Finanças e da Justiça, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para esta análise utilizaram-se os dados da IES de 2016, os mais recentes à data desta publicação. A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de um processo de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.

Para além da informação obtida através da IES, esta publicação incorpora informação complementar relativa ao financiamento das empresas em Portugal, disponível a partir de outras bases de dados geridas pelo Departamento de Estatística do Banco de Portugal, nomeadamente da Central de Responsabilidades de Crédito. Esta informação permite caracterizar uma parte significativa dos passivos das empresas portuguesas, sobretudo no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente. Foram incorporados neste estudo os dados da Central de Responsabilidades de Crédito relativos ao final de 2017.

Sumário

Em 2016, as sedes das empresas não financeiras com atividade em Portugal (cerca de 418 mil) concentravam-se no Norte (33%), na área metropolitana de Lisboa (32%) e no Centro (20%). No mesmo ano, 91% do volume de negócios total foi gerado por empresas com sede nestas três regiões. As empresas sediadas na área metropolitana de Lisboa apresentavam a maior dimensão média (média de 1,1 milhões de euros de volume de negócios e de 7,8 pessoas ao serviço). Lisboa era também a região do país com a maior percentagem de volume de negócios gerado por grandes empresas (56%).

O comércio e os outros serviços eram as atividades dominantes em todo o território nacional, assumindo maior relevância no total das empresas da área metropolitana de Lisboa (84%), das regiões autónomas da Madeira e dos Açores (81% e 79%, respetivamente) e do Algarve (79%). O Centro, o Norte e o Alentejo eram as regiões do país onde a parcela do volume de negócios com origem na indústria era maior (39%, 35% e 34%, respetivamente). No Alentejo destacava-se ainda a agricultura e pescas, com 20% das empresas e 10% do volume de negócios da região.

O Norte foi a região do país com maior crescimento do número de empresas em 2016 (1,3%). No mesmo ano, o número de empresas decresceu 1,4% na Região Autónoma da Madeira e praticamente não se alterou nas restantes regiões. Entre 2012 e 2016, o maior aumento do número de empresas em atividade foi registado na Região Autónoma dos Açores (13%).

As regiões Norte e Centro foram as que mais contribuíram para o crescimento do volume de negócios das empresas portuguesas em 2016, como se verificou igualmente ao longo do período analisado. Não obstante, entre 2012 e 2016, o Algarve foi a região onde o volume de negócios mais cresceu (37%), ainda que o seu contributo para a variação total tenha sido diminuto, dado o seu reduzido peso no volume de negócios do total das empresas. Já a área metropolitana de Lisboa e a Região Autónoma da Madeira contribuíram negativamente para a evolução do volume de negócios,

contrariando o crescimento observado nas restantes regiões do país.

Em 2016, a rentabilidade dos capitais próprios das empresas era mais elevada no Norte (8,6%), na área metropolitana de Lisboa (8,2%) e no Centro (7,9%) do que no total do país (7,7%). A rentabilidade das empresas cresceu na generalidade do território nacional entre 2012 e 2016, com exceção da Região Autónoma da Madeira, onde este rácio caiu em 2016 para um valor negativo de 2,5% (rentabilidade de 2% em 2012). Este valor não era, no entanto, representativo das empresas com sede nesta região, já que a maior parte apresentou rentabilidades positivas em 2016.

Em 2016, 32% do ativo das empresas portuguesas era financiado por capitais próprios. As empresas com sede na Região Autónoma da Madeira registaram a autonomia financeira agregada mais elevada (42%). O Algarve e a área metropolitana de Lisboa foram as únicas regiões com autonomia financeira inferior à do total nacional (27% e 28%, respetivamente). Na maior parte das regiões, o rácio de autonomia financeira agregado era positivamente influenciado por empresas de grande dimensão, encontrando-se a maior parte das empresas abaixo desse valor. Esta situação era mais evidente na Região Autónoma da Madeira, onde metade das empresas apresentava autonomias financeiras iguais ou inferiores a 21%.

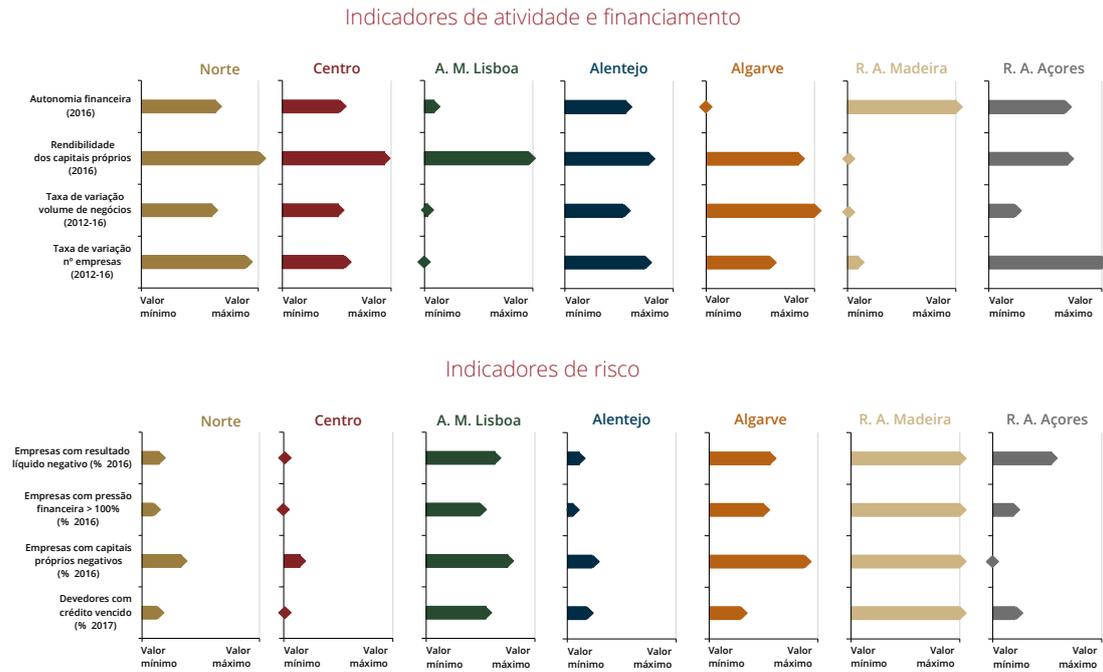
A maior parte do financiamento alheio das empresas estava associada a dívida remunerada. O peso desta rubrica no passivo era semelhante entre as várias regiões, situando-se entre os 52%, na Região Autónoma da Madeira, e os 60%, na área metropolitana de Lisboa. Os empréstimos bancários eram a principal fonte de dívida remunerada em quase todas as regiões do país. Na área metropolitana de Lisboa, os financiamentos de empresas do grupo e os títulos de dívida assumiam um peso na dívida remunerada superior ao observado nas restantes regiões (47% e 19%, respetivamente).

Na Região Autónoma da Madeira, no Algarve e na área metropolitana de Lisboa, as percentagens de empresas com capitais próprios negativos e de empresas com elevada pressão financeira eram,

em 2016, superiores ao observado para o total do país. Estas eram também as regiões com a mais elevada percentagem de empresas com créditos bancários em situação de incumprimento.

A Figura 1 sintetiza o posicionamento das regiões portuguesas relativamente a um conjunto de indicadores de atividade, financiamento e risco.

Figura 1 • Síntese de indicadores das regiões portuguesas | Posicionamento em relação aos valores mínimo e máximo para o conjunto das regiões



Índice

1. Introdução | 11

2. Estrutura e demografia | 12

2.1. Estrutura | 12

2.2. Demografia | 15

Caixa 1 | Repartição do volume de negócios por estabelecimento | 17

3. Análise económica e financeira | 18

3.1. Atividade e rendibilidade | 18

3.2. Situação financeira | 22

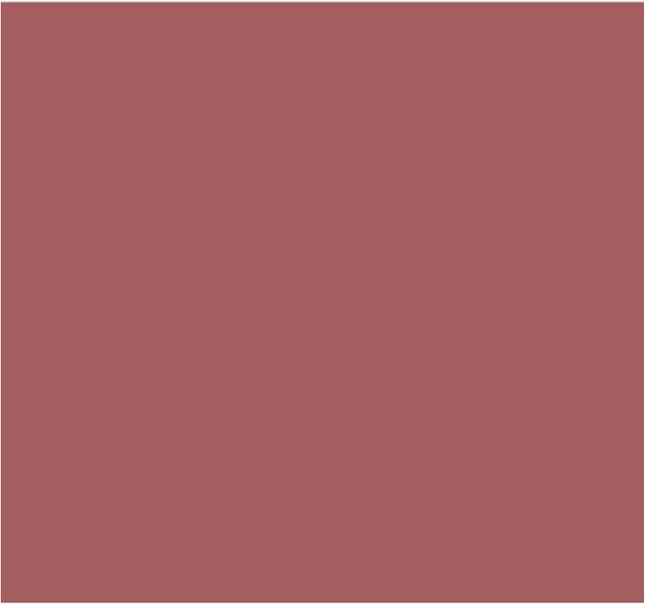
Caixa 2 | Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente | 26

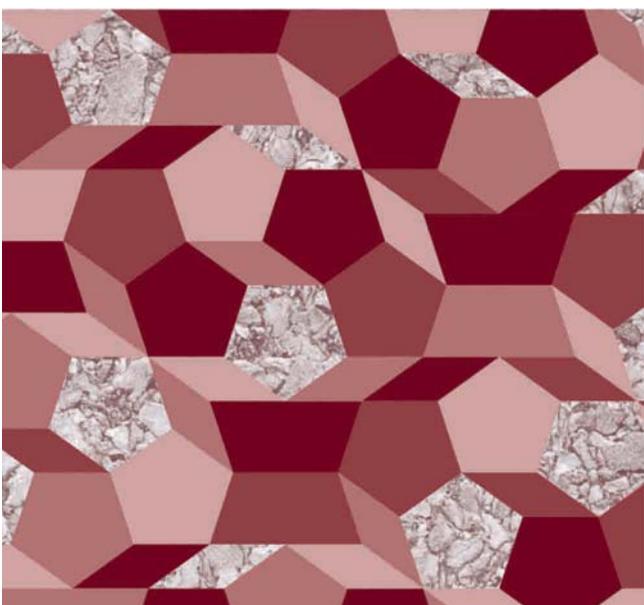
ANEXO | 31

Siglas e acrónimos | 35

Referências | 36

Estudos da Central de Balanços | 37





Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016

1. Introdução

2. Estrutura e demografia

Caixa 1 | Repartição do volume de
negócios por estabelecimento

3. Análise económica e financeira

Caixa 2 | Empréstimos concedidos pelo
sistema financeiro residente

1. Introdução

O estudo *Análise Regional das Sociedades não Financeiras em Portugal 2012-2016* avalia a situação económica e financeira das sociedades não financeiras (SNF¹) residentes em Portugal, tendo por base a informação da Central de Balanços do Banco de Portugal² obtida a partir da Informação Empresarial Simplificada (IES). Inclui-se ainda informação sobre os empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente com referência ao final de 2017.

Os resultados apresentados complementam os dados agregados sobre empresas³ não financeiras, apurados igualmente a partir da Central de Balanços e divulgados nas publicações estatísticas do Banco de Portugal⁴. Este estudo é especificamente orientado para uma análise regional, na qual estes valores são desagregados pelas sete regiões que constituem o território de Portugal, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, área metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores. A região à qual pertencem as empresas é identificada com referência à localização da respetiva sede, tal como consta no universo de referência das sociedades não financeiras do Banco de Portugal⁵, independentemente da existência de estabelecimentos localizados noutras regiões do país ou mesmo no estrangeiro.

Neste estudo a exploração dos dados microeconómicos permite detalhar o comportamento da generalidade das empresas com base na sua repartição geográfica. Para esse efeito são referidos indicadores baseados na distribuição dos valores individuais das empresas, que fornecem medidas isentas das distorções que os valores agregados podem apresentar pela eventual presença de valores extremos.

É também efetuada, para alguns indicadores selecionados, uma desagregação do diferencial registado entre os valores agregados de cada uma das regiões e o relativo ao total das empresas, separando-se o efeito que decorre da

distinta composição setorial de cada uma das regiões do efeito das características intrínsecas das empresas de cada região. Esta decomposição segue a metodologia apresentada em Banco Central Europeu (2017).

O estudo inicia-se, no Capítulo 2, com uma breve referência à estrutura e demografia do setor das SNF em cada região, no período 2012-2016, tendo em conta a repartição das empresas por setores de atividade e classes de dimensão.

No Capítulo 3 analisa-se a evolução recente da atividade económica e financeira das regiões que compõem o território nacional e procura determinar-se em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas. Analisa-se também a sua estrutura de financiamento.

A Caixa 1 | Repartição do volume de negócios por estabelecimento, no Capítulo 2, fornece uma desagregação alternativa do volume de negócios, tendo por base a localização dos estabelecimentos nos quais as empresas exercem a sua atividade.

A Caixa 2 | Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente, no Capítulo 3, fornece informação sobre os empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente às empresas, bem como sobre o rácio de crédito vencido e a percentagem de devedores com crédito vencido em cada região.

Em anexo apresenta-se uma síntese metodológica com a definição dos principais conceitos utilizados.

No *site* do Banco de Portugal encontram-se disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas.

2. Estrutura e demografia

2.1. Estrutura

2.1.1. Caracterização geral

Em 2016, o setor institucional das sociedades não financeiras (SNF) incorporava cerca de 418 mil empresas em atividade nas sete regiões do país: Norte, Centro, área metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores. A maior parte das empresas nacionais tinha sede na região Norte (33% do total), na área metropolitana de Lisboa (32% do total) ou na região Centro (20% do total) (Figura 2).

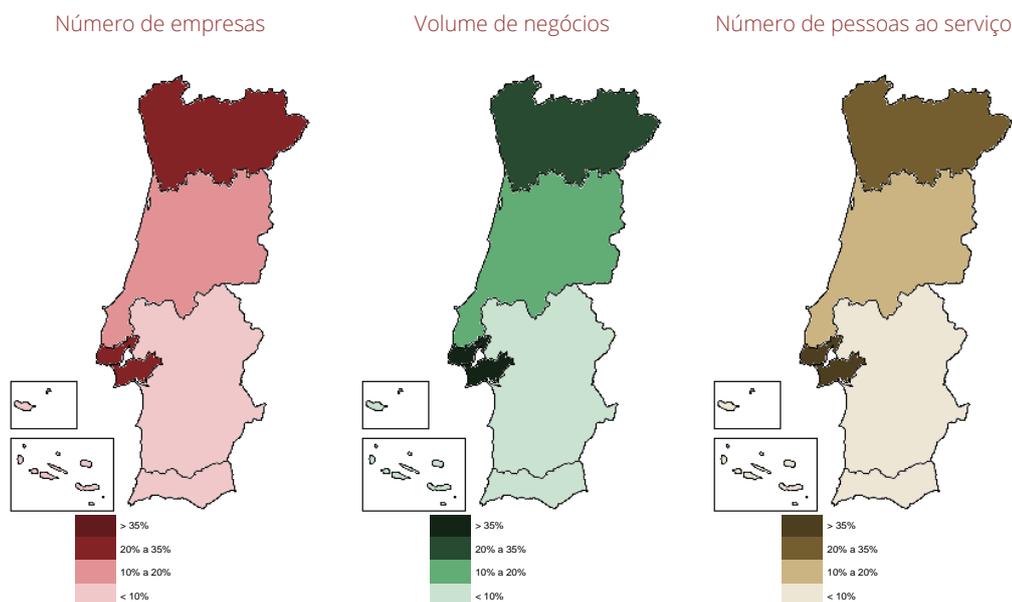
As regiões autónomas da Madeira e dos Açores acumulavam o menor número de empresas (2% e 1% do total das empresas em 2016, respetivamente), facto observado ao longo de todo o período entre 2012 e 2016.

As empresas com sede na área metropolitana de Lisboa foram responsáveis por 46% do volume de negócios das empresas não financeiras em 2016, seguindo-se as regiões Norte

(28%) e Centro (16%). As regiões autónomas apresentavam o menor contributo para o volume de negócios nacional, representando, cada uma, menos de 2% do total⁶. Esta situação era idêntica quando considerada a distribuição das pessoas ao serviço. Em 2016, as empresas com sede na área metropolitana de Lisboa empregavam 38% das pessoas ao serviço das empresas não financeiras, seguindo-se as regiões Norte (34%) e Centro (17%).

Assim, a área metropolitana de Lisboa era, em 2016, a região mais relevante na repartição do volume de negócios e das pessoas ao serviço, embora a maior proporção das empresas estivesse localizada na região Norte. Este facto estava associado à maior dimensão média das empresas com sede na área metropolitana de Lisboa (Gráfico 1). Em 2016, em média, as empresas com sede nesta região geraram um volume de negócios de 1,1 milhões de euros, um valor superior à média nacional (0,8 milhões de euros). Adicionalmente, na área metropolitana de Lisboa as empresas tinham uma média de

Figura 2 • Distribuição regional das empresas não financeiras (2016)



7,8 pessoas ao serviço, superior à média nacional de 6,6 pessoas ao serviço por empresa.

O volume de negócios médio registado pelas empresas com sede da área metropolitana de Lisboa refletia a presença nesta região de um conjunto de empresas de grande dimensão. Em 2016, 73% do volume de negócios desta região foi gerado pelas 1% maiores empresas. A área metropolitana de Lisboa foi a única região do país a registar um peso das 1% maiores empresas no volume de negócios superior ao observado para o total nacional (62%). Desta forma, apesar de esta região ter apresentado, em 2016, o volume de negócios médio mais elevado, o valor mediano do volume de negócios das empresas aí sediadas foi de 47 mil euros, inferior ao observado para o total das empresas (58 mil euros).

Entre as restantes regiões observavam-se também disparidades no que se refere à dimensão média das empresas. A Região Autónoma dos Açores e o Norte apresentavam um número médio de pessoas ao serviço superior à média nacional (7,1 e 6,8, respetivamente), embora o volume de negócios gerado pelas empresas com sede nestas regiões fosse inferior à média nacional (0,8 e 0,7 milhões de euros, respetivamente).

Nas restantes regiões, tanto o volume de negócios médio como o número médio de pessoas ao serviço eram inferiores ao observado para o

total do país, destacando-se o Algarve, com o menor volume de negócios médio (0,3 milhões de euros) e o menor número médio de pessoas ao serviço (4,9, valor idêntico ao observado para o Alentejo).

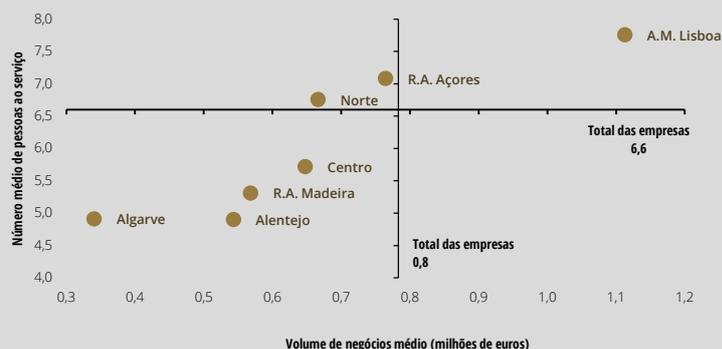
2.1.2. Especialização setorial

Por setores de atividade⁷, os serviços (comércio e os outros serviços) agregavam a maior proporção de empresas em todas as regiões. Os serviços eram mais preponderantes na área metropolitana de Lisboa (84% das empresas aí sediadas), nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores (81% e 79%, respetivamente) e no Algarve (79%) (Gráfico 2). Os serviços também contribuíram também de forma mais significativa para o volume de negócios gerado nestas regiões: representavam 82% do volume de negócios total no Algarve e na Região Autónoma da Madeira, e 69% do total na área metropolitana de Lisboa e na Região Autónoma dos Açores.

Nas regiões Centro, Norte e Alentejo, a indústria representava 39%, 35% e 34% do volume de negócios, respetivamente. No Alentejo, o setor da agricultura e pescas também assumia um peso significativo (20% das empresas e 10% do volume de negócios). Nas restantes regiões o peso deste setor era residual.

O índice de especialização setorial de cada uma das regiões era superior ao apurado quando considerado todo o território nacional, eviden-

Gráfico 1 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço (2016)



ciando que a diversificação das atividades desenvolvidas na totalidade do território resultava da agregação de regiões mais especializadas (Gráfico 3).

Em 2016, as regiões autónomas e o Algarve registavam os índices de especialização setorial mais elevados. Na Região Autónoma da Madeira destacavam-se as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (secção M da CAE-Rev.3), responsáveis por 23% do volume de negócios da região, o que estava associado, em grande medida, ao contributo das empresas com sede na Zona Franca da Madeira. Quanto à Região Autónoma dos Açores, para além do comércio por grosso e a retalho (divisões 46 e 47 da CAE-Rev.3), destacavam-se as indústrias alimentares (divisão 10), que representavam 14% do volume de negócios desta região. No Algarve, a maior parte do volume de negócios das empresas provinha do comércio por grosso e a retalho (34%) e do alojamento e restauração

(divisões 55 e 56, com 20% do volume de negócios da região).

O perfil de especialização das regiões apresentava diferenças mais acentuadas quando considerado apenas o setor exportador⁸. O grau de especialização continuava a ser superior nas regiões autónomas e no Algarve. O setor exportador da Região Autónoma dos Açores apresentava um perfil de especialização diferente do total das empresas da região, destacando-se o peso dos transportes aéreos (divisão 51) no volume de negócios do setor exportador (32%).

A região Norte, por oposição, apresentava a maior diversificação das atividades económicas desenvolvidas pelas empresas aí sediadas, em particular nas atividades desenvolvidas pelas empresas do setor exportador.

Gráfico 2 • Estruturas | Por setores de atividade (2016)

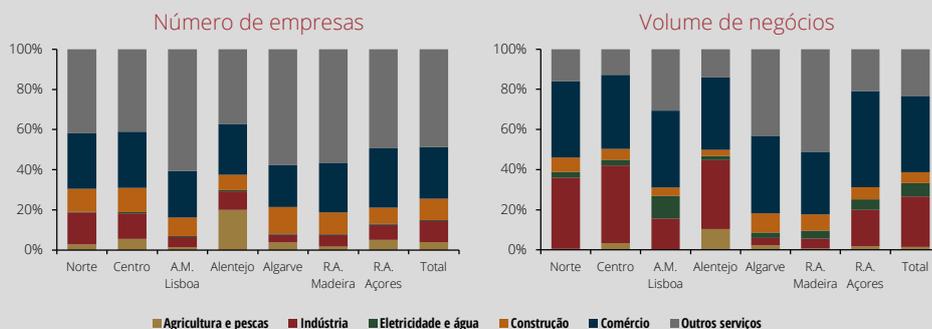
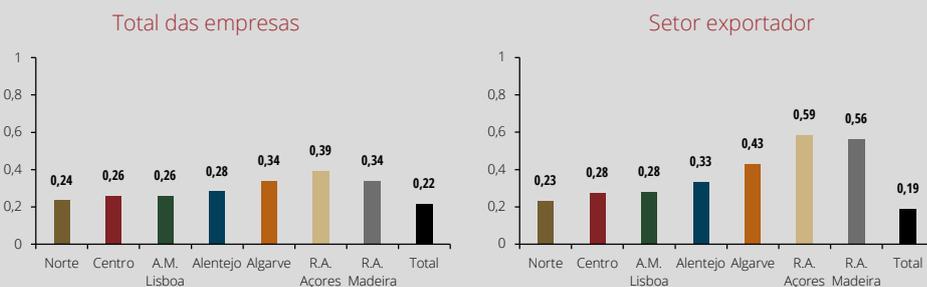


Gráfico 3 • Grau de especialização regional, por setores de atividade | Índice de Theil normalizado (volume de negócios, 2016)



Nota: O índice de Theil normalizado é um índice sintético que permite medir o grau de especialização de uma região. O valor para este índice está contido entre 0 (máxima diversificação) e 1 (máxima especialização). Na Síntese Metodológica é apresentado maior detalhe sobre este indicador.

2.1.3. Dimensão das empresas⁹

A estrutura por dimensão das empresas em Portugal mostra uma preponderância das microempresas, que correspondiam a mais de 85% das empresas em todas as regiões do país em 2016. Já o peso das grandes empresas era, em todas as regiões, inferior a 1% (Gráfico 4).

Em 2016, as pequenas e médias empresas geraram a maior parcela do volume de negócios em todas as regiões, com exceção da área metropolitana de Lisboa, onde 56% do volume de negócios foi gerado por grandes empresas.

2.2. Demografia

Entre 2012 e 2016, nasceram mais empresas do que aquelas que cessaram atividade em todas as regiões do país, com exceção da Região Autónoma da Madeira, onde este saldo foi negativo.

A dinâmica de nascimentos e mortes das empresas, durante o período em análise, apresentou semelhanças entre as regiões. O rácio de natalidade/mortalidade cresceu desde 2012, atingindo máximos em 2015 em todas as regiões (Gráfico 5). Em 2015, a Região Autónoma dos Açores apresentou o maior dinamismo, com duas empresas novas por cada empresa que cessou atividade. Esta foi, de resto, a região onde o número de empresas mais cresceu entre 2012 e 2016 (13%).

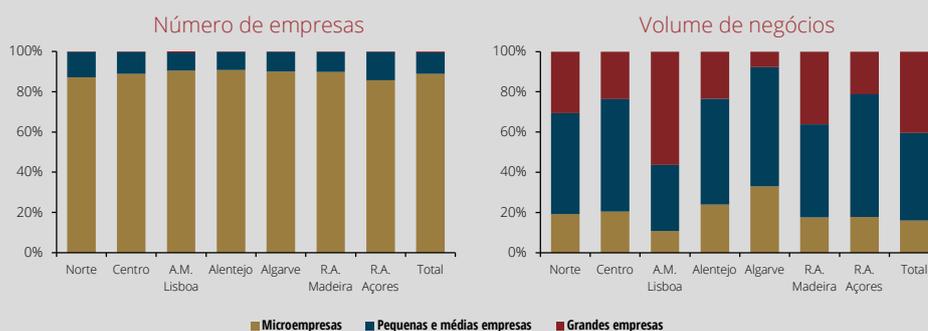
Em 2016 o rácio de natalidade/mortalidade diminuiu em todas as regiões. Este rácio foi inferior a 1 na Região Autónoma da Madeira (0,84), evidenciando que nesta região nasceram menos empresas em 2016 do que aquelas que cessaram atividade.

O menor rácio de natalidade/mortalidade em 2016 traduziu-se numa taxa de variação do número de empresas próxima de zero na generalidade das regiões portuguesas, com exceção do crescimento de 1,3% observado na região Norte e do decréscimo de 1,4% registado na Região Autónoma da Madeira (Gráfico 6).

A variação praticamente nula do número de empresas nas restantes regiões teve por base diferentes dinâmicas de nascimento e de cessação de atividade das empresas: enquanto na área metropolitana de Lisboa e no Algarve se observaram taxas de natalidade e mortalidade superiores às observadas para o total do país, no Centro, no Alentejo e na Região Autónoma dos Açores, a dinâmica de criação e destruição de empresas foi menor do que a observada para o total das empresas.

Os indicadores apresentados neste capítulo evidenciam a existência de diferentes perfis regionais no que se refere à estrutura e dinâmica do tecido empresarial. Contudo, uma parte da atividade das empresas de cada região é desenvolvida em estabelecimentos localizados fora da região na qual se localizava a sua sede.

Gráfico 4 • Estruturas | Por classes de dimensão (2016)



Na “Caixa 1 | Repartição do volume de negócios por estabelecimento” é analisado o impacto da utilização dos estabelecimentos como critério de localização da atividade das empresas, em alternativa à localização da sede. A repartição do volume de negócios por regiões, de acordo com cada um dos critérios, apresenta

diferenças reduzidas, destacando-se, no entanto, a relevância da área metropolitana de Lisboa na localização das sedes de empresas com atividade dispersa pelo território nacional.

Gráfico 5 • Rácio de natalidade/mortalidade

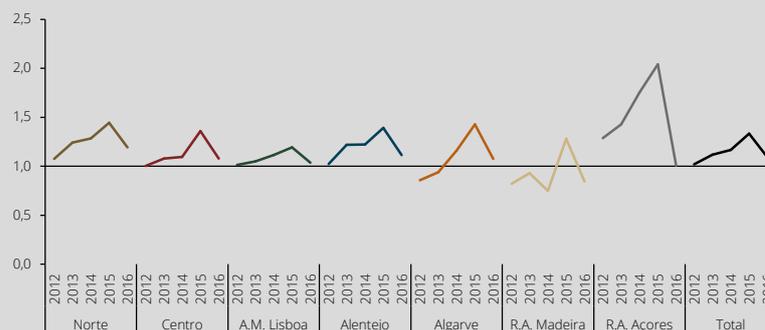
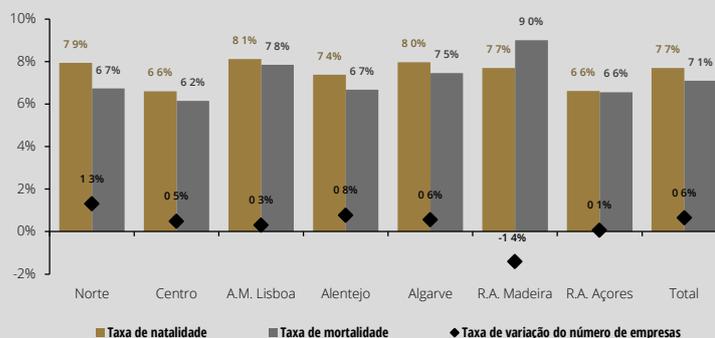


Gráfico 6 • Taxas de natalidade, mortalidade e variação do número de empresas (2016)



Caixa 1 | Repartição do volume de negócios por estabelecimento

A repartição geográfica das empresas não financeiras subjacente a este estudo reflete a localização da sede das empresas, sendo assumida uma única localização para a totalidade da atividade de cada empresa. A informação do Anexo R da Informação Empresarial Simplificada (IES) permite, para um conjunto limitado de indicadores, uma desagregação territorial adicional, baseada na repartição da atividade das empresas pelos estabelecimentos nos quais esta é desenvolvida.

Em 2016, apenas 3% dos estabelecimentos, responsáveis por 10% do volume de negócios das empresas não financeiras, se encontravam localizados numa região diferente da sua sede. Desta forma, a repartição do volume de negócios por estabelecimentos divergia apenas marginalmente da sua repartição de acordo com a sede das empresas (Gráfico 7).

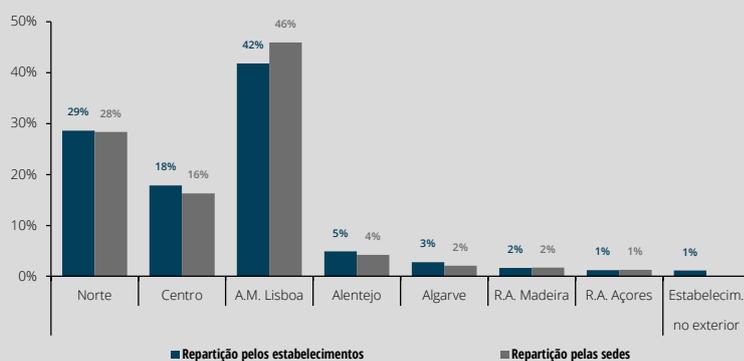
A desagregação do volume de negócios atendendo à localização dos estabelecimentos permite evidenciar que 1% do volume de negócios das empresas portuguesas em 2016 foi gerado em estabelecimentos localizados fora do país.

A comparação entre os dois critérios de localização permite ainda destacar a relevância da área metropolitana de Lisboa na localização das sedes de empresas com atividade dispersa no território nacional. O critério da localização da sede englobava, nesta região, volume de negócios gerado em estabelecimentos localizados noutras regiões do país, pelo que o seu peso no volume de negócios gerado pelas empresas, quando considerado o critério da localização da sede, era 4 pontos percentuais (pp) superior ao observado quando considerada a localização dos estabelecimentos.

Nas regiões Centro, Norte, Alentejo e Algarve observava-se a situação oposta. A localização da sede resultava numa menor relevância relativa destas regiões (2 pp no Centro e 1 pp nos restantes casos), ao não ser considerado volume de negócios gerado por empresas com estabelecimentos localizados nestas regiões mas com sede numa região distinta.

A repartição do número de pessoas ao serviço das empresas não financeiras por regiões, de acordo com a localização dos estabelecimentos, conduz a resultados semelhantes: a área metropolitana de Lisboa apresentava, em 2016, um peso no número total de pessoas ao serviço inferior quando utilizado este critério do que quando considerada a localização das sedes. Adicionalmente, o critério da localização dos estabelecimentos mostra que a região Norte concentrava a maior proporção de pessoas ao serviço (35%), valor superior ao observado para a área metropolitana de Lisboa (34%).

Gráfico 7 • Volume de negócios | Repartição pela localização dos estabelecimentos e pela localização das sedes (2016)



3. Análise económica e financeira

3.1. Atividade e rendibilidade

3.1.1. Atividade

Em 2016, o volume de negócios das empresas não financeiras aumentou 2% em relação a 2015 (Gráfico 8). Todas as regiões contribuíram positivamente para esta evolução, com exceção da área metropolitana de Lisboa e da Região Autónoma da Madeira. De resto, a área metropolitana de Lisboa contribuiu negativamente para a evolução do volume de negócios do total das empresas ao longo de todo o período em análise, ainda que de forma menos acentuada nos anos mais recentes (-0,3 pp em 2016).

Já as regiões Norte e Centro têm apresentado contributos positivos para o crescimento do

volume de negócios do total das empresas desde 2013 (contributos de 1,6 pp e 0,6 pp, respetivamente, para a taxa de variação total de 2% em 2016).

O contributo positivo das regiões Norte e Centro decorreu de taxas de variação sistematicamente superiores às observadas para o total das empresas (Gráfico 9). Em 2016, o volume de negócios das empresas com sede no Norte cresceu 6%; nas empresas com sede na região Centro, aumentou 4%.

No mesmo ano, também o Algarve, a Região Autónoma dos Açores e o Alentejo registaram taxas de crescimento do volume de negócios mais elevadas do que o total nacional (13%, 6% e 3%, respetivamente). O reduzido peso destas

Gráfico 8 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)

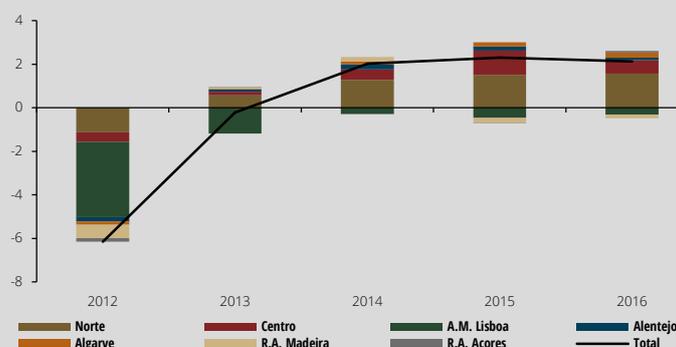
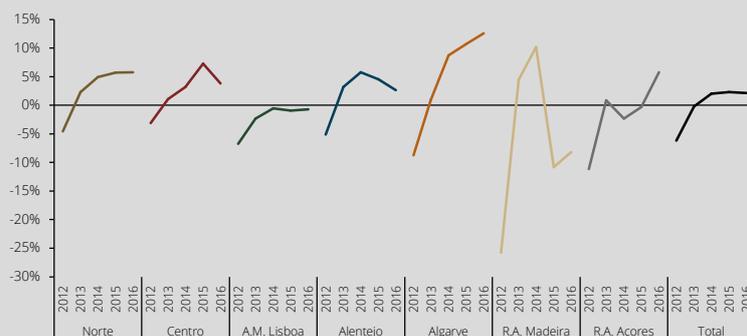


Gráfico 9 • Volume de negócios | Taxa de crescimento anual



regiões no volume de negócios agregado das empresas não financeiras implicou, no entanto, que o respetivo contributo para a variação total do volume de negócios tenha sido menos significativo. O Algarve foi, de resto, a região do país que apresentou o maior crescimento acumulado do volume de negócios entre 2012 e 2016 (37%).

A Região Autónoma da Madeira apresentou em 2015 e 2016 decréscimos do volume de negócios de 11% e 8%, respetivamente, ainda que, em 2016, metade das empresas com sede na região tenha apresentado aumentos do volume de negócios superiores a 3,2% (Gráfico 10). A evolução do volume de negócios desta região foi determinada por um reduzido número de empresas de grande dimensão, algo igualmente observado na região do Algarve, onde metade das empresas apresentou uma taxa de variação do volume de negócios igual ou inferior a 6,6% (abaixo da variação de 13% observada para o volume de negócios agregado da região).

A análise da distribuição dos valores individuais da taxa de variação do volume de negócios das empresas revela, em todas as regiões, uma elevada disparidade de situações individuais. Na generalidade das regiões, pelo menos um quarto das empresas apresentou, em 2016, um aumento do volume de negócios superior a 20%; pelo menos 25% das empresas registou uma queda do volume de negócios igual ou superior a 10%.

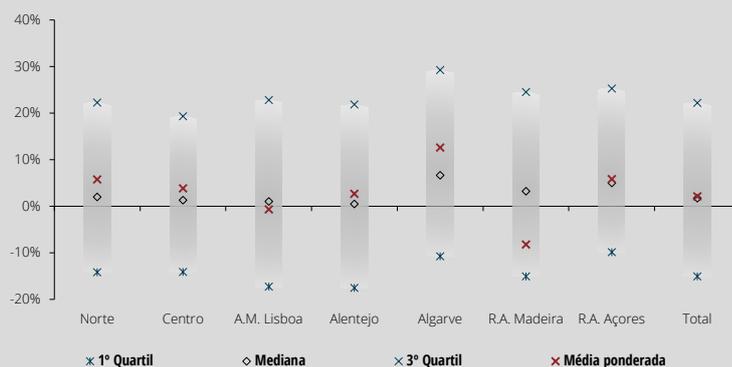
Igualmente transversal a todas as regiões foi o facto de a maior parte das empresas ter apresentado variações positivas do volume de negócios entre 2015 e 2016. O Algarve e a Região Autónoma dos Açores foram as regiões onde a proporção de empresas com crescimento do volume de negócios foi mais significativa (61% e 60%, respetivamente). No Alentejo, a proporção de empresas com crescimento do volume de negócios foi de 51%, a mais baixa registada entre as regiões portuguesas.

A proporção de empresas com crescimento do volume de negócios aumentou entre 2012 e 2016. Em 2012 e 2013, a proporção do total das empresas com crescimento do volume de negócios foi inferior a 50% (34% e 45%, respetivamente). A Região Autónoma da Madeira registou, no mesmo período, as mais baixas percentagens de empresas com crescimento do volume de negócios (27% em 2012 e 40% em 2013).

3.1.2. Setor exportador

Em 2016, pertenciam ao setor exportador 5,6% das empresas. A proporção de empresas exportadoras variava de acordo com a região (Gráfico 11). O Norte e o Centro apresentavam uma proporção de empresas exportadoras superior ao total nacional (7,3% e 5,8%, respetivamente), tal como observado ao longo de todo o período em análise. A Região Autónoma dos Açores, por outro lado, apresentou sistematicamente a mais baixa proporção de empresas exportadoras (1,4% em 2016).

Gráfico 10 • Volume de negócios | Média ponderada e quartis da distribuição da taxa de crescimento anual (2016)



A proporção de empresas do setor exportador aumentou na generalidade do território nacional entre 2012 e 2016. A Região Autónoma da Madeira apresentou o maior aumento: passou de 2,9% em 2012 para 4,6% em 2016. A área metropolitana de Lisboa foi a única região onde a proporção de empresas do setor exportador não aumentou entre 2012 e 2016 (4,8% em 2012 e em 2016).

Em 2016, o mercado externo foi responsável por 21% do volume de negócios das empresas nacionais, sendo esta parcela distinta de região para região. O peso das exportações no volume de negócios pode ser condicionado pela composição do tecido empresarial das regiões, pelo facto de algumas atividades serem mais orientadas para o mercado externo do que outras. Por outro lado, as características intrínsecas das empresas de cada região, tal como a sua dimensão, tipo de gestão, e outros fatores individuais, podem também condicionar o valor

agregado do peso das exportações no volume de negócios. Para analisar o contributo de cada um destes efeitos, procedeu-se a uma decomposição do diferencial entre o peso das exportações no volume de negócios de cada uma das regiões face ao total nacional, seguindo a metodologia definida em Banco Central Europeu (2017)¹⁰.

A proporção do volume de negócios com origem no mercado externo foi mais elevada entre as empresas da Região Autónoma da Madeira, situando-se 13 pp acima do valor para o total das empresas (Gráfico 12). As características intrínsecas das empresas desta região explicavam a maior parte do diferencial relativamente ao total das empresas. A composição setorial das empresas da região também contribuiu para que o peso das exportações no volume de negócios fosse superior ao registado para o total das empresas.

Gráfico 11 • Percentagem de empresas do setor exportador

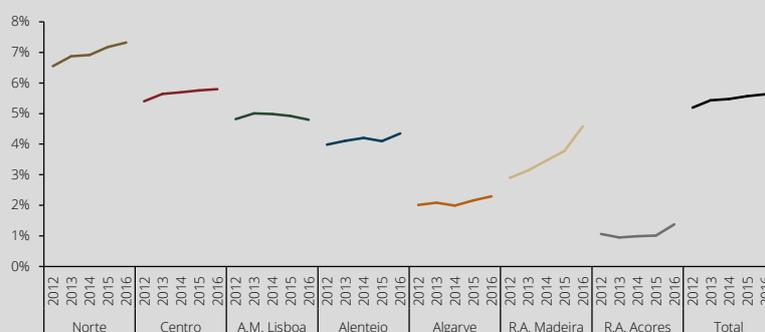
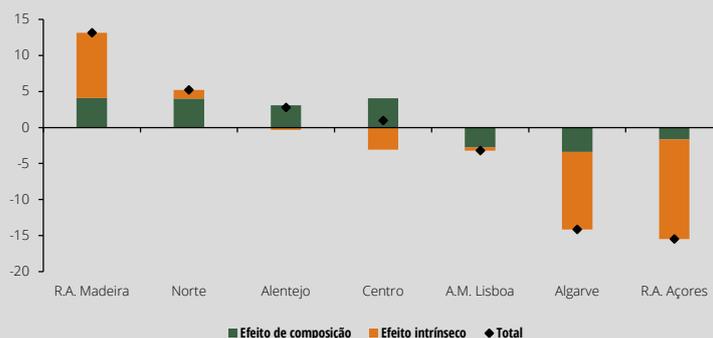


Gráfico 12 • Peso das exportações no volume de negócios | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (2016, em pontos percentuais)



Nas regiões Norte, Alentejo e Centro, o peso das exportações no volume de negócios era também superior ao observado para o total nacional (5 pp, 3 pp e 1 pp, respetivamente), resultando esta diferença da maior prevalência, nestas regiões, de setores de atividade mais direccionados para o mercado externo. Na região Centro, este efeito era anulado quase na totalidade pelo facto de as empresas da região exportarem uma menor percentagem do seu volume de negócios, quando comparadas com empresas do mesmo ramo de atividade com sede noutras regiões.

O peso das exportações no volume de negócios era, em 2016, inferior no Algarve e na Região Autónoma dos Açores (14 pp e 15 pp abaixo do total das empresas, respetivamente). A maior parte do diferencial entre o valor registado nestas regiões e o do total das empresas resultava de características intrínsecas, indicando que as empresas destas regiões exportavam uma menor percentagem do seu volume de negócios, quando comparadas com empresas de outras regiões com a mesma atividade económica.

3.1.3 Rendibilidade

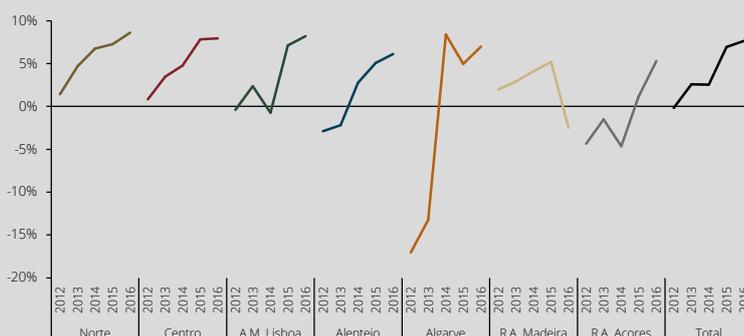
A rendibilidade dos capitais próprios¹¹ das empresas portuguesas foi de 7,7% em 2016 (Gráfico 13). A rendibilidade dos capitais próprios tem vindo a aumentar desde 2014 em todas as regiões, com exceção do Algarve e da Região Autónoma da Madeira.

Nas regiões Norte e Centro, a rendibilidade das empresas era, em 2016, superior à do total das empresas (8,6% e 7,9%, respetivamente), facto que se observou ao longo de todo o período em análise. Também as empresas com sede na área metropolitana de Lisboa apresentaram em 2016 uma rendibilidade superior à observada para o total das empresas (8,2%), em virtude do incremento de 7,9 pp registado entre 2014 e 2015. A maior rendibilidade observada no Norte resultava apenas dos fatores intrínsecos às empresas com sede na região, enquanto no Centro e na área metropolitana de Lisboa a maior rendibilidade das empresas resultava da combinação favorável do efeito intrínseco e do efeito da composição setorial destas regiões.

No Algarve, Alentejo e Região Autónoma dos Açores, a rendibilidade dos capitais próprios em 2016 era positiva, mas inferior à observada para o total das empresas. No Algarve, este diferencial era negativo em 1 pp, em virtude da composição setorial da região, onde predominavam atividades com menor rendibilidade. Já no Alentejo e na Região Autónoma dos Açores, o diferencial em relação ao total das empresas era negativo em 2 pp e decorria sobretudo do efeito intrínseco.

A Região Autónoma da Madeira foi a única região do país a apresentar, em 2016, uma rendibilidade dos capitais próprios negativa (2,5%). Nesta região, a rendibilidade dos capitais próprios diminuiu 7,7 pp entre 2015 e 2016, redução que anulou o crescimento observado desde 2012. Contudo, a rendibilidade dos capitais próprios agre-

Gráfico 13 • Rendibilidade dos capitais próprios



gada desta região não era representativa da situação da generalidade das empresas aí sediadas, já que metade destas apresentava, em 2016, rentabilidade igual ou superior a 2,5% (Gráfico 14). Pelo contrário, nas restantes regiões, o valor mediano para este rácio era geralmente inferior ao valor agregado da região, evidenciando que a rentabilidade dos capitais próprios era positivamente influenciada pelo contributo de empresas de maior dimensão.

Em qualquer das regiões, pelo menos um quarto das empresas apresentou rentabilidades negativas em 2016: o primeiro quartil da distribuição dos valores individuais, valor abaixo do qual se situam 25% das empresas, era nulo ou negativo em todas as regiões do território nacional.

Desde 2012, os quartis da distribuição dos valores individuais para rentabilidade dos capitais próprios têm vindo a aumentar em todas as regiões, denotando que o aumento da rentabilidade entre 2012 e 2016 foi observado para a generalidade das empresas.

3.2. Situação financeira

3.2.1 Autonomia financeira

Os capitais próprios financiavam 32% do ativo das empresas portuguesas em 2016. As empresas com sede na área metropolitana de Lisboa e no Algarve apresentavam uma autonomia financeira inferior (4 pp e 5 pp abaixo do

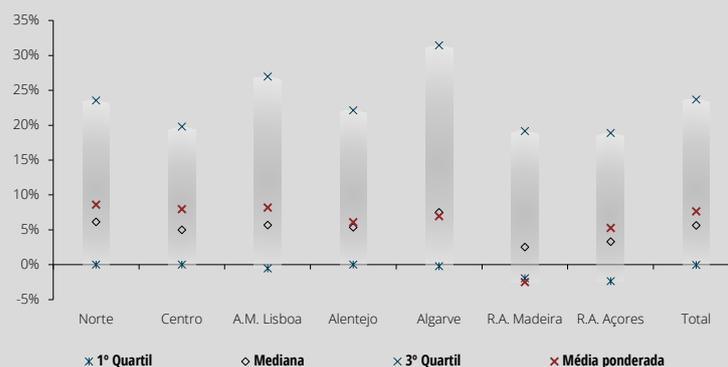
total das empresas, respetivamente), facto que se observou ao longo de todo o período em análise (Gráfico 15). O Algarve foi a região que registou o maior aumento para este rácio entre 2012 e 2016 (9 pp).

A Região Autónoma da Madeira apresentava, em 2016, a maior percentagem de ativo financiado por capitais próprios (10 pp superior ao total das empresas). O diferencial face ao total nacional era determinado pelos fatores intrínsecos às empresas desta região. As empresas aí sediadas apresentavam uma autonomia financeira mais elevada, quando comparadas com empresas de outras regiões com atividades semelhantes.

Eram também os fatores intrínsecos que determinavam o diferencial positivo da autonomia financeira das empresas com sede na Região Autónoma dos Açores e no Norte em relação ao total das empresas. Já no Centro e no Alentejo, a maior autonomia financeira das empresas decorria da composição setorial destas regiões.

Em 2016, na maior parte das regiões, a autonomia financeira era positivamente influenciada por empresas de maior dimensão. Os valores medianos, inferiores à média ponderada em quase todas as regiões, mostram que mais de metade das empresas apresentava uma autonomia financeira inferior ao valor agregado associado à região onde estavam sediadas (Grá-

Gráfico 14 • Rentabilidade dos capitais próprios | Média ponderada e quartis da distribuição (2016)



fico 16). Este facto era mais significativo na Região Autónoma da Madeira que, apesar de ser a região na qual as empresas apresentavam a maior autonomia financeira agregada em 2016, registava também o menor valor mediano para este rácio (21%).

Em 2016, 34% das empresas com sede na Região Autónoma da Madeira apresentavam capitais próprios negativos. Também o Algarve (33%) e a área metropolitana de Lisboa (31%) apresentavam, nesse ano, uma proporção de empresas com capitais próprios negativos superior ao total nacional (28%).

3.2.2. Passivo¹²

O passivo das empresas portuguesas era composto, maioritariamente, por dívida remunerada¹³. Esta componente representava 57% do passivo das empresas em 2016, oscilando o seu peso entre os 52% registados na Região

Autónoma da Madeira e os 60% na área metropolitana de Lisboa (Gráfico 17).

Apesar de o peso da dívida remunerada na estrutura do passivo ser relativamente similar entre regiões, a sua composição em 2016 divergia (Gráfico 18). As empresas da área metropolitana de Lisboa destacavam-se pelo maior recurso aos financiamentos de empresas do grupo e a títulos de dívida (47% e 19% da dívida remunerada, respetivamente). Nas restantes regiões, os empréstimos bancários representavam a maior parte da dívida remunerada das empresas. Na Região Autónoma dos Açores, os empréstimos bancários correspondiam a 78% da dívida remunerada das empresas; os restantes instrumentos de dívida remunerada apresentavam um peso residual. Já na Região Autónoma da Madeira e na região Norte, apesar do predomínio dos empréstimos bancários, também os financiamentos de empresas do

Gráfico 15 • Autonomia financeira | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (2016, em pontos percentuais)

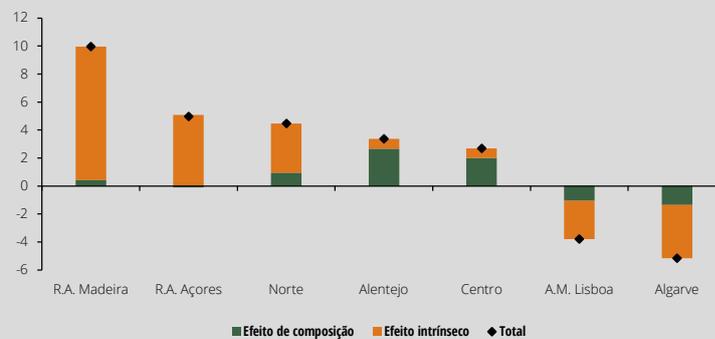
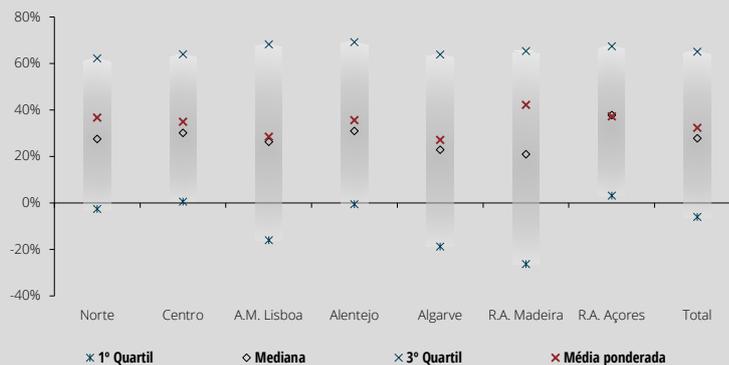


Gráfico 16 • Autonomia financeira | Média ponderada e quartis da distribuição (2016)



grupo assumiam preponderância, representando 33% e 32% da respetiva dívida remunerada em 2016.

Os créditos comerciais representavam 16% do passivo das empresas portuguesas em 2016. O peso dos créditos comerciais ultrapassava os 20% nas regiões Norte e Centro. O diferencial entre o peso dos créditos comerciais no passivo das empresas do Norte e do Centro, comparativamente com o observado para o total das empresas, resultava sobretudo da composição setorial destas regiões. No Algarve os créditos comerciais representavam apenas 9% do passivo das empresas, com o diferencial em relação ao total das empresas a resultar, na sua maior parte, das características intrínsecas das empresas da região.

3.2.3. Pressão financeira

Em 2016, o rácio entre os juros suportados e o EBITDA¹⁴ foi de 17% para o total das empresas.

Apenas na área metropolitana de Lisboa e na Região Autónoma da Madeira se observou, nesse ano, uma pressão financeira superior (superior em 3 pp e 2 pp, respetivamente) (Gráfico 19). Tanto os fatores intrínsecos às empresas destas regiões como a composição setorial do seu tecido empresarial contribuíram para a maior pressão financeira das empresas com sede nestas regiões.

No extremo oposto, a pressão financeira das empresas na Região Autónoma dos Açores era 4 pp inferior ao total das empresas, e 3 pp inferior nas regiões Norte, Centro e Alentejo. A Região Autónoma dos Açores e o Norte apresentavam um valor inferior ao total nacional devido, sobretudo, às características individuais das empresas aí sediadas. No Centro e no Alentejo, a maior prevalência de setores de atividade com níveis mais baixos de pressão financeira determinava o diferencial face ao total nacional.

Gráfico 17 • Estrutura do passivo (2016)

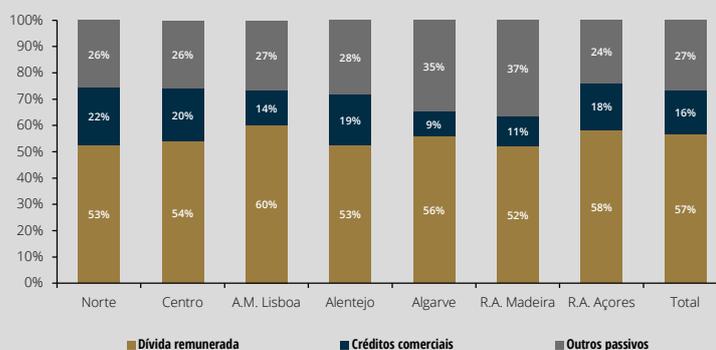
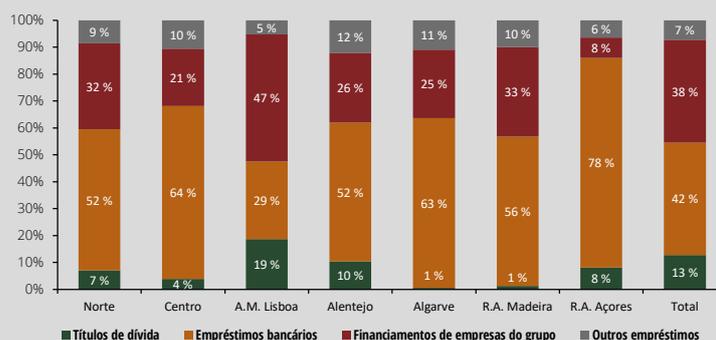


Gráfico 18 • Estrutura da dívida remunerada (2016)



Nota aos Gráficos 17 e 18: por questões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Entre 2012 e 2016, a pressão financeira diminuiu em todas as regiões do país. Esta redução foi particularmente notória na região do Algarve, onde o rácio de pressão financeira passou de 150% em 2012 para 17% em 2016.

Em todas as regiões do país, a maior parte das empresas que suportou juros em 2016 apresentava um baixo nível de pressão financeira, com um rácio entre os juros suportados e o EBITDA inferior a 50% (Gráfico 20). Ainda assim, 28% das empresas encontravam-se em 2016 numa situação de elevada pressão financeira, tendo gerado um EBITDA insuficiente para cobrir os juros suportados. Essa proporção era mais elevada na Região Autónoma da Madeira (36%), na área metropolitana de Lisboa e no Algarve (ambas com 31%).

Como referido anteriormente, os empréstimos bancários representam uma parte significativa da dívida remunerada e do passivo das empresas não financeiras (em 2016, 42% e 24%, respetivamente). Os dados da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, que se apresentam na “Caixa 2 | Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente”, fornecem um detalhe adicional sobre a situação das empresas com sede em cada uma das regiões perante as instituições de crédito residentes, destacando-se a elevada concentração desta forma de financiamento junto das empresas com sede na área metropolitana de Lisboa, no Norte e no Centro. Também o incumprimento e a sua relação com alguns indicadores de risco evidenciava diferenças assinaláveis entre as várias regiões.

Gráfico 19 • Peso dos juros suportados no EBITDA | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (2016, em pontos percentuais)

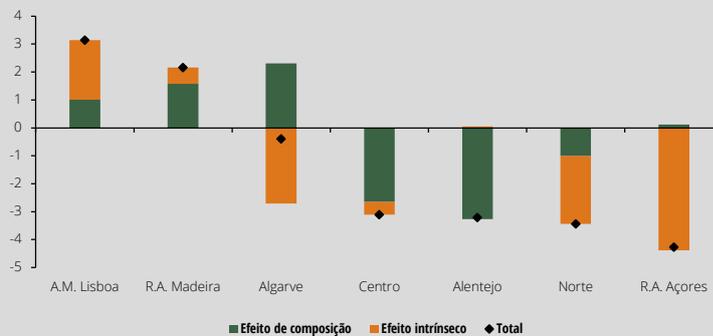
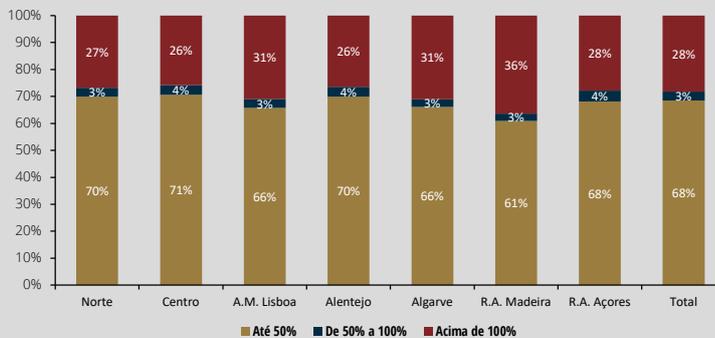


Gráfico 20 • Pressão financeira | Distribuição das empresas por classes de desempenho (2016)



Caixa 2 | Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente¹⁵

Com base na informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal¹⁶, analisa-se, nesta Caixa, a componente relacionada com os empréstimos obtidos junto de instituições de crédito residentes em Portugal, em dezembro de 2012 e no final de 2017.

O *stock* de crédito concedido às empresas pelas instituições de crédito residentes apresentava uma elevada concentração territorial no final de 2017, facto observado ao longo de todo o período em análise (Gráfico 21). As empresas com sede na área metropolitana de Lisboa agregavam a maior parcela do crédito (37%), seguindo-se as regiões Norte (29%) e Centro (19%). As restantes regiões reuniam, em conjunto, 15% do crédito total.

O rácio de crédito vencido¹⁷ das empresas portuguesas atingiu 13,5% no final de 2017, encontrando-se 25% dos devedores em situação de incumprimento (Gráfico 22). A desagregação destes valores por regiões mostra a existência de disparidades territoriais significativas quanto ao incumprimento bancário, sendo as diferenças mais notórias na proporção de crédito vencido do que na percentagem de empresas em situação de incumprimento. As empresas com sede no Algarve apresentavam o maior rácio de crédito vencido (25%) e uma proporção de devedores com crédito vencido ligeiramente superior à registada a nível nacional (25%). A Região Autónoma da Madeira e a área metropolitana de Lisboa tinham também rácios de crédito vencido superiores ao observado para o total das empresas (18% e 16%, respetivamente), registando-se nestas regiões as percentagens de devedores com crédito vencido mais elevadas do país (30% e 27%, respetivamente). Observava-se também, com base na informação da IES disponível para o final de 2016, que as três regiões cujos níveis de incumprimento eram mais significativos eram também aquelas que apresentavam as maiores proporções de empresas com capitais próprios negativos e de empresas com elevada pressão financeira (Gráfico 23).

As restantes regiões apresentavam indicadores de incumprimento e pressão financeira inferiores aos do total nacional. O rácio de crédito vencido era menor na Região Autónoma dos Açores (7%). A percentagem de devedores com crédito vencido era mais baixa na região Centro (23%).

Gráfico 21 • Crédito total | Repartição por região

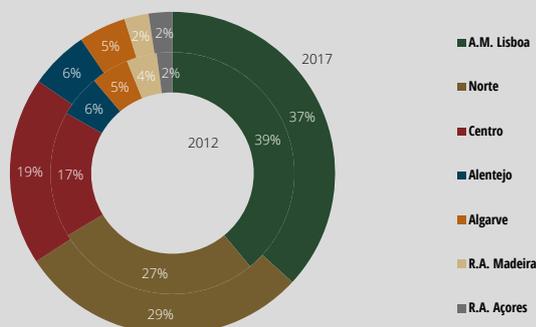


Gráfico 22 • Rácio de crédito vencido e percentagem de devedores com crédito vencido (final de 2017)

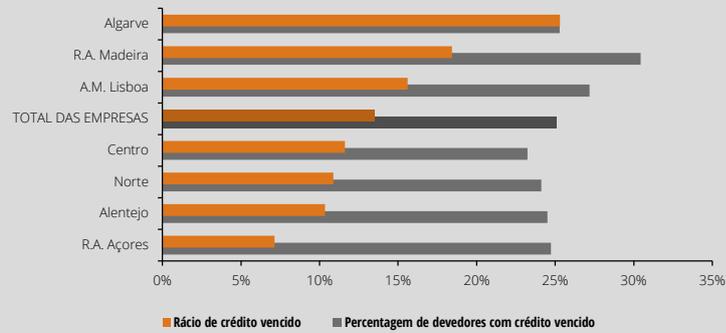
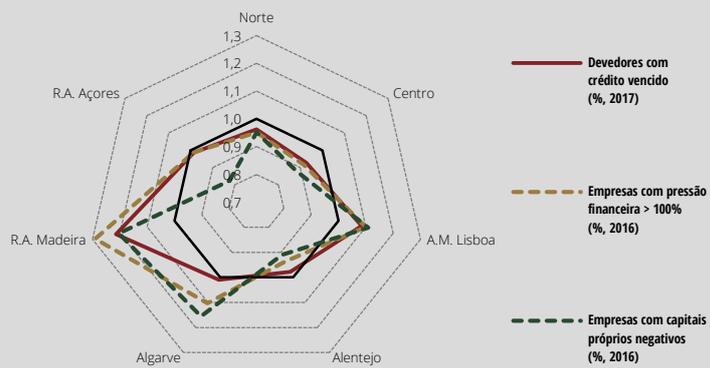


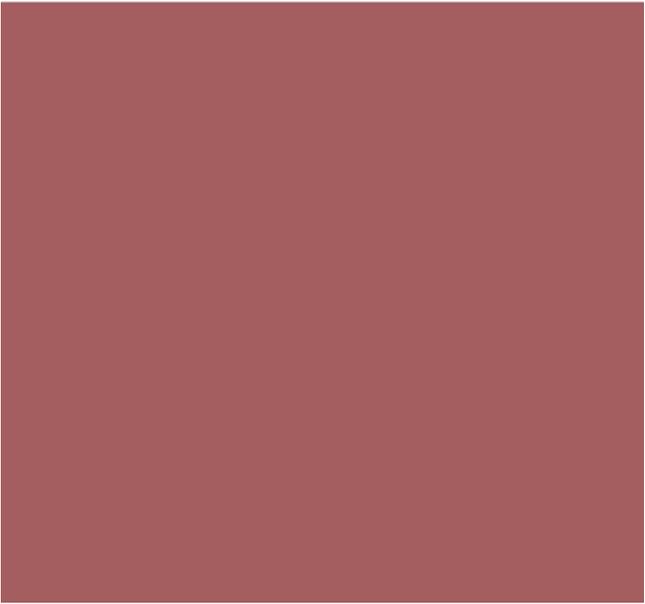
Gráfico 23 • Percentagem de devedores com crédito vencido, de empresas com pressão financeira superior a 100% e de empresas com capitais próprios negativos | Total das empresas = 1

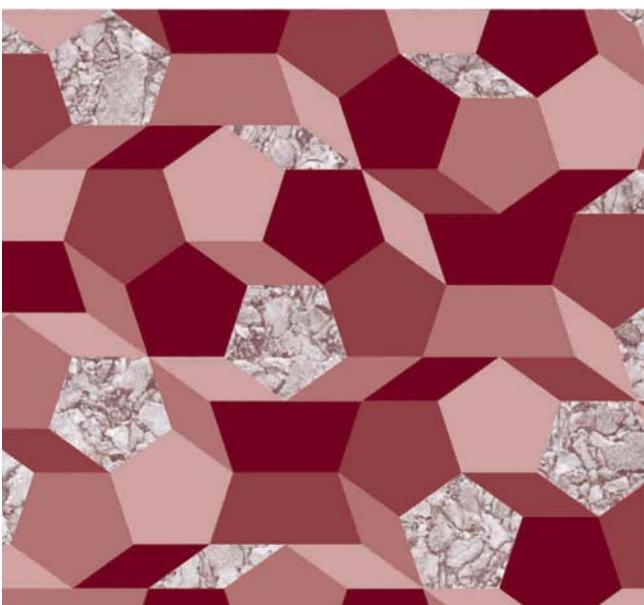


Notas

1. O setor das sociedades não financeiras (SNF) constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. As séries em estudo têm subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Tendo por base o normativo das contas nacionais, os empresários em nome individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste estudo para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios). Foram ainda excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE.Rev.3)*.
2. A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. A informação apresentada neste estudo reflete, essencialmente, dados recolhidos através da IES e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal, incorporando ainda uma parcela estimada para a não-resposta à IES (considerada no último ano a que respeita a informação apresentada). São adicionalmente consideradas, em alguns casos, formas alternativas de apresentação dos indicadores económico-financeiros agregados das empresas, que podem resultar em diferenças face a elementos apresentados em outros produtos estatísticos produzidos com base em informação da Central de Balanços, tendo em vista uma leitura mais ajustada ao fenómeno em estudo. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 – Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços* e *2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas*, bem como a publicação *Estudos da Central de Balanços | 19 - Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor – Notas Metodológicas | Série Longa 1995-2013*, de novembro de 2014.
3. Por uma questão de simplificação utilizaram-se neste estudo as expressões “empresa” e “sociedade não financeira” (SNF) de forma indiferenciada; ambas as expressões se referem ao conjunto das SNF definidas na Nota 1.
4. As estatísticas da Central de Balanços são publicadas no *Boletim Estatístico* do Banco de Portugal (Capítulos A e G) e nos *Quadros do Setor*, ambos disponíveis no *site* do Banco de Portugal e no *BPstat | Estatísticas Online*.
5. O universo de referência das sociedades não financeiras é uma base de dados que integra, para todas as empresas não financeiras residentes em Portugal, um conjunto de informação estrutural (NIPC, setor de atividade, localização da sede, entre outras) e conjuntural (volume de negócios anual, total do ativo, pessoas ao serviço e capital social). O Suplemento ao Boletim Estatístico *2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas* contém informação detalhada sobre as fontes de informação da Central de Balanços.
6. A Caixa 1 | *Repartição do volume de negócios por estabelecimento*, fornece uma desagregação alternativa do volume de negócios, tendo por base a localização dos estabelecimentos nos quais as empresas exercem a sua atividade.
7. Os setores de atividade económica são definidos a partir da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas – CAE Rev 3, conforme descrito na Síntese Metodológica.
8. A definição de setor exportador encontra-se detalhada na publicação *Estudos da Central de Balanços | 22 – Análise das empresas do setor exportador em Portugal*, de junho de 2015.
9. As classes de dimensão das empresas, definidas de acordo com a Recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2006, encontram-se detalhadas na Síntese Metodológica.
10. O diferencial entre o valor de um rácio numa dada região e o seu valor para o total das empresas pode decompor-se entre o efeito da componente intrínseca (efeito intrínseco – associado ao facto de as empresas de uma dada região apresentarem determinadas características que fazem com que se diferenciem do total das empresas nos níveis dos indicadores analisados) e o efeito da composição estrutural do mesmo (efeito de composição – associado à composição setorial de cada região e à forma como estas estruturas condicionam os valores dos respetivos indicadores agregados). A metodologia utilizada encontra-se detalhada no estudo do Banco Central Europeu *Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups*, de maio de 2017.
11. Calculada através do rácio entre o resultado líquido do período (RLP) e os capitais próprios, esta rentabilidade mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios.
12. Foram excluídas da análise as componentes do passivo consideradas eminentemente contabilísticas, como sejam os diferimentos e as provisões. Desta forma, a classe “Outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.
13. A dívida remunerada corresponde ao conjunto dos financiamentos remunerados obtidos, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.
14. EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.
15. Informação com base na Central de Responsabilidades de Crédito, a qual é uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes) sobre créditos concedidos. Para mais informação, pode ser consultado o *Caderno n.º 5 do Banco de Portugal, Central de Responsabilidades de Crédito*.
16. Incluem, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo (genericamente designados por “bancos” neste estudo), bem como sociedades de *factoring*, sociedades financeiras para aquisições a crédito e sociedades de locação financeira. Em 2017, mais de 95% do crédito concedido a empresas não financeiras por instituições de crédito residentes (IC) teve origem em bancos.
17. Para o rácio de crédito vencido é utilizada a informação sobre créditos concedidos por IC residentes da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, sendo calculada a proporção dos montantes de crédito vencido no total de crédito obtido. O crédito considera-se vencido quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos

no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como crédito vencido, sendo progressivamente substituído por crédito abatido ao ativo. Para mais informações pode ser consultado o *Boletim Económico* de maio de 2015, disponível em www.bportugal.pt.





Anexo

Síntese metodológica

Síntese metodológica

Autonomia financeira: Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

Decomposição do diferencial das regiões face ao total das empresas: O diferencial entre os valores agregados para os rácios de cada região analisada relativamente ao total das empresas é decomposto numa componente estrutural, isto é, que decorre da composição setorial de cada uma das regiões, e numa componente intrínseca, isto é, associada às características das empresas de cada região. A metodologia de decomposição do diferencial adotada neste estudo segue a apresentada em Banco Central Europeu (2017).

Dimensão da empresa: As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias (PME), e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta Recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as PME não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

Distribuição por quartis: Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde à posição dos 25% da amostra ordenada (25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde a 50%, ou seja, metade das empresas observam um valor superior e metade um valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 25% têm valor superior). O intervalo interquartil (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma

indicação da dispersão da distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação Estudos da Central de Balanços | 19 – Quadros do setor e quadros da empresa e do setor – Notas metodológicas (Série longa 1995-2013), novembro de 2014.

Dívida remunerada: A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

Índice de Theil (normalizado): Indicador sintético de especialização setorial das regiões. O índice de Theil para cada região (T_r) é dado por $-\sum_{j=1}^J \left[\frac{X_{rj}}{X_r} * \ln \left(\frac{X_{rj}}{X_r} \right) \right]$, sendo X_{rj} o volume de negócios da atividade j na região r e X_r o volume de negócios total das atividades consideradas na mesma região. Varia entre 0, refletindo situações de máxima especialização, e $\ln J$, em situações de diversificação total. Ao ser efetuada a normalização deste indicador (considerando que o índice de Theil normalizado T'_r é dado por $\frac{\ln J - T_r}{\ln J}$), a leitura do indicador inverte-se, passando este a variar entre 0 e 1 em situações de máxima diversificação e de máxima especialização, respetivamente.

NUTS: A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS - 2013), de acordo com o estabelecido no Regulamento da Comissão n.º 868/2014, de 8 de agosto de 2014, agrega hierarquicamente, de forma harmonizada, as estatísticas das várias regiões dos países. No caso português, esta nomenclatura, no seu nível II, divide o território em sete regiões: Norte, Centro, área metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

Pressão financeira: Rácio entre os juros suportados e o EBITDA.

Rendibilidade dos capitais próprios: Rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios. Visto que ambas as rubricas (numera-

dor e denominador) podem assumir valores positivos ou negativos, o indicador apenas é calculado, individualmente, nas situações em que os capitais próprios são positivos.

Setor de atividade económica: Foram excluídas desta análise, no que ao total das empresas diz respeito, as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da CAE-Rev.3.

Siglas e acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
EBITDA	Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>)
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
pp	Pontos percentuais
PIB	Produto interno bruto
PME	Pequenas e médias empresas (exclui as microempresas)
RLP	Resultado líquido do período
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010
SNF	Sociedades não financeiras

Referências

Banco Central Europeu (2017), "*Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups*", Statistics Paper Series, n.º 21, maio de 2017.

https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpsps/ecb_sps_21_en.pdf?7987429d9f97a422b02d19666f69ef7c

Banco de Portugal (2008), "*Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços*", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 1/2008, maio de 2008.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-1-2008.pdf>

Banco de Portugal (2013), "*Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas*", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2013, outubro de 2013.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2013.pdf>

Banco de Portugal (2014), "*Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor: Notas Metodológicas – Série Longa 1995-2013*", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 19, novembro de 2014.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudo%20da%20cb_19_2014.pdf

Banco de Portugal (2015), "*Central de Responsabilidades de Crédito*", *Cadernos do Banco de Portugal*, n.º 5, abril de 2015.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5_central_responsabilidades_de_credito.pdf

Banco de Portugal (2015), *Boletim Económico*, maio de 2015.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol_econ_maio2015_p.pdf

Banco de Portugal (2015), "*Análise das empresas do setor exportador em Portugal*", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 22, junho de 2015.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos%20da%20cb_22_2015.pdf

Banco de Portugal (2017), *Boletim Económico*, dezembro de 2017.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2017_p.pdf

Banco de Portugal (2017), "*Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016*", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 30, dezembro de 2017.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_30_2017.pdf

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativo à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema europeu de contas nacionais e regionais na Comunidade.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, relativo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
- 18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
- 19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor – Notas metodológicas (Série longa 1995-2013), novembro 2014
- 20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
- 21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
- 22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
- 23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
- 24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
- 25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016
- 26 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016, novembro 2016
- 27 | Análise das empresas da indústria das bebidas, janeiro 2017
- 28 | Análise das empresas do setor dos transportes, julho 2017
- 29 | Rendibilidade das empresas portuguesas e europeias 2006-2015, setembro 2017
- 30 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, dezembro 2017
- 31 | Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, abril 2018

